



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

PROPOSTA Nº 20/2016

Aprovar submeter à autorização da Assembleia Municipal a repartição de encargos plurianuais e aprovar a abertura do concurso público com publicidade internacional, para a aquisição do serviço de transporte escolar para os alunos do ensino básico e as crianças dos jardins-de-infância da rede pública da Cidade de Lisboa, nos termos da proposta.

Pelouro: Educação - Vereadora Catarina Albergaria
Serviços: Departamento de Educação

Considerando que:

É competência da Município de Lisboa assegurar, organizar e gerir os transportes escolares, nos termos da alínea gg) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Ao longo dos últimos anos letivos, a Câmara Municipal de Lisboa garantiu este transporte através da oferta escolar “Alfacinhas”, cujo principal objetivo é o transporte pendular diário, rentabilizado com a disponibilização dos meios contratados para o desenvolvimento do Programa de Natação Curricular e do Passaporte Escolar e Pré-escolar;

Nos últimos três anos letivos este transporte tem sido realizado no âmbito do contrato objeto do Processo nº 24/CPI/CCM/DP/2013, que atingirá o seu termo no final do corrente ano letivo.

O Município de Lisboa não dispõe de meios próprios indispensáveis à disponibilização deste serviço;

A aquisição destes meios próprios implicaria um encargo superior para o Município de Lisboa ao da aquisição do serviço de transporte escolar;

Se pretende dar continuidade ao atual serviço de transporte escolar “Alfacinhas”, como forma de garantir o direito à Educação, havendo que se proceder à respetiva contratação para o próximo ano letivo;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Em virtude da experiência acumulada com os procedimentos de concurso público anteriores, procurou-se introduzir as seguintes alterações relevantes:

- O alargamento do horário de entrega das crianças, das 18:30 para as 19:00 horas, de forma a ir de encontro às necessidades dos encarregados de educação;
- Aumento do número de quilómetros incluídos no preço veículo/dia, de 30 km para 40 km, adequando, desta forma, a previsão contratual à distância efetivamente percorrida;

Foi emitido parecer prévio vinculativo, pelo Exmo. Senhor Vereador João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva, ora anexo, nos termos e para os efeitos das disposições conjugadas previstas nos n.ºs 5 e 10 do artigo 35.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 2.º da Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio, e no despacho de delegação de competências emanado por S. Exa o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, datado de 4 de abril de 2016.

O valor estimado do contrato a celebrar, por ano letivo, é de € 746.650,56, acrescidos de IVA, prevendo-se que a despesa tenha encargos para os anos económicos de 2016, 2017, 2018 e 2019, no montante total estimado de € 2.239.951,68, acrescidos de IVA, com cabimento nº 5316002351 na rubrica orçamental:

Plano 42505 | Ação C2.P004.01 | C.E. 02.02.10 | Orgânica: L21.01.

Para cálculo do valor estimado do contrato foram contabilizados € 170,04 por cada um dos 26 veículos, por dia, das 08:00 às 19:00 horas, com 40 km incluídos, bem como € 0,27 por cada um dos 80.000 km adicionais, numa média de 164 dias por ano letivo, dos quais 32 dias se reportam aos meses de setembro e outubro e 132 dias aos meses subsequentes.

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere:

1. Submeter à aprovação da Assembleia Municipal a prévia autorização da repartição dos encargos para os anos económicos de 2016, 2017, 2018 e 2019, ao abrigo do disposto no artigo 24º e nas alíneas dd) e ccc) do nº 1 do artigo 33º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e nos números 1 e 6 do artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, bem como a emissão da autorização prévia para assunção de compromisso em relação aos mesmos anos económicos, nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, no âmbito da abertura do concurso público, com publicidade internacional, para a aquisição do serviço de transporte escolar para os alunos do ensino básico e as crianças dos jardins-de-infância da rede pública da Cidade de Lisboa, cujo valor estimado por ano letivo é de € 746.650,56,



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

acrescidos de IVA, no montante total estimado de € 2.239.951,68, acrescidos de IVA, e repartido da seguinte forma:

2016: € 145.687,91 + € 8.741,27 (6% de IVA) = € 154.429,18

2017: € 746.650,56 + € 44.799,03 (6% de IVA) = € 791.449,59

2018: € 746.650,56 + € 44.799,03 (6% de IVA) = € 791.449,59

2019: € 600.962,65 + € 36.057,76 (6% de IVA) = € 637.020,41

E, sob condição da aprovação da Assembleia Municipal das mencionadas autorizações prévias:

2. Autorizar a decisão de contratar e a realização da despesa, através de um procedimento, por concurso público com publicidade internacional, para a aquisição do serviço de transporte escolar para os alunos do ensino básico e as crianças dos jardins-de-infância da rede pública da Cidade de Lisboa, cujo valor estimado por ano letivo é de € 746.650,56, acrescidos de IVA, no montante total estimado para 3 anos letivos, de € 2.239.951,68, acrescidos de IVA, ao abrigo do disposto no nº 1 do artigo 36º e no artigo 38º, do Código dos Contratos Públicos, conjugados com a alínea b) do nº 1 do artigo 16º e com a alínea b) do nº 1 do artigo 20º do mesmo Código.

3. Aprovar os respetivos programa de procedimento e caderno de encargos, em anexo, de acordo com o disposto na alínea a) do nº 1 e no nº 2 do artigo 40º do Código dos Contratos Públicos.

4. Designar o júri que conduzirá o procedimento, nos termos do nº 1 do artigo 67º do Código dos Contratos Públicos, com a seguinte constituição:

Presidente: Dr.ª Fátima Madureira

1º Vogal efetivo: Dr.ª Dina Bravo

2º Vogal efetivo: Dr. Pedro Betâmio de Almeida

1º Vogal suplente: Dr. Gonçalo Barata

2º Vogal suplente: Dr.ª Brígida Carvalho

3º Vogal suplente: Dr.ª Paula Cristina Nobre Leitão

4º Vogal suplente: Dr.ª Ana Isabel Sá Pereira

5. Aprovar que, nas suas faltas ou impedimentos, a presidente do júri seja substituída pelo 1º Vogal Efetivo.

6. Delegar no júri do concurso, nos termos do nº 1 do artigo 109º do Código dos Contratos Públicos, todas as competências legalmente atribuídas ao órgão competente

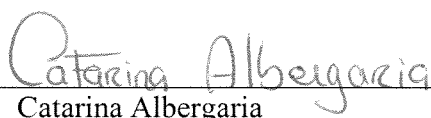


C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

para a decisão de contratar, com exceção das competências para a decisão de qualificação dos candidatos e de adjudicação.

Lisboa, 13 de abril de 2016.

A Vereadora


Catarina Albergaria



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
Departamento de Educação

DA/CM/1
Prop. n.º 202 / 2016
SE. _____

Programa de Concurso

**Aquisição do serviço de transporte escolar para
os alunos do ensino básico e as crianças dos jardins-de-infância
da rede pública da cidade de Lisboa.**

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL

Nº /CPI/ DA/CCM/2016



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
Departamento de Educação

Índice

Artigo 1.º - Objeto do Concurso.....	3
Artigo 2.º - Entidade Pública Adjudicante	3
Artigo 3.º - Órgão que tomou a decisão de contratar	3
Artigo 4.º - Consulta e fornecimento das peças do procedimento.....	3
Artigo 5.º - Esclarecimentos sobre as peças do procedimento	4
Artigo 6.º - Erros e omissões do caderno de encargos	4
Artigo 7.º - Concorrentes.....	5
Artigo 8.º - Proposta e seus elementos	6
Artigo 9.º - Modo de apresentação das propostas.....	6
Artigo 10.º - Documentos da proposta	7
Artigo 11.º - Apresentação de propostas variantes.....	7
Artigo 12.º - Prazo de apresentação da proposta	7
Artigo 13.º - Prazo da obrigação de manutenção das propostas.....	8
Artigo 14.º - Abertura de propostas.....	8
Artigo 15.º - Análise e Avaliação das propostas	8
Artigo 16.º - Esclarecimentos sobre as Propostas.	9
Artigo 17.º - Critério de adjudicação.....	9
Artigo 18.º - Preço anormalmente baixo	9
Artigo 19.º - Relatório preliminar.....	9
Artigo 20.º - Audiência Prévia	10
Artigo 21.º - Relatório final e adjudicação	10
Artigo 22.º - Notificação da decisão de adjudicação	10
Artigo 23.º - Documentos de habilitação.....	11
Artigo 24.º - Caução	12
Artigo 25.º - Outorga do contrato	12
Artigo 26.º - Possibilidade de adoção de ajuste direto	12
Artigo 27.º - Impugnações administrativas	13
Artigo 28.º - Prevalência	13
Artigo 29.º - Despesas e Encargos.....	13
Artigo 30.º - Legislação aplicável	13
 ANEXO I – MODELO DE DECLARAÇÃO	14
ANEXO II – DECLARAÇÃO	17
ANEXO III – MINUTA DE PROPOSTA	19
ANEXO V – MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA.....	20
ANEXO VI – MODELO DE SEGURO - CAUÇÃO	21
ANEXO VII – MODELO DA GUIA DE DEPÓSITO	22



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
Departamento de Educação

I - PROGRAMA DE CONCURSO

Artigo 1.º - Objeto do concurso

1 - Constitui objeto do presente procedimento a *aquisição do serviço de transporte escolar para os alunos do ensino básico e as crianças dos jardins-de-infância da rede pública da cidade de Lisboa.*

2 - O presente concurso público com publicidade no *Jornal Oficial da União Europeia*, é lançado ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 16.º e na alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º, ambos do Código dos Contratos Públicos (doravante designado por CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Declaração de Retificação n.º 18-A/2008, de 28/03, pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30/12, pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12/07 e pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 02 de Outubro.

3 - O presente concurso público processa-se, integralmente, através da plataforma eletrónica de contratação pública «AcinGov», com o seguinte endereço: <http://www.acingov.pt>.

Artigo 2.º - Entidade pública adjudicante

A entidade pública adjudicante é o Município de Lisboa – Direção Municipal de Educação e Desporto – Departamento de Educação, sito no Campo Grande, n.º 25, 8.º, Bloco E, 1749-099 Lisboa, com o endereço de correio eletrónico dmed.de@cm-lisboa.pt, (telefone 218171805), sendo o procedimento realizado através do Departamento de Aprovisionamentos – Central de Compras Municipal, sito no Campo Grande, n.º 25 – 9.º Piso - Bloco – A, 1749 – 099 Lisboa, com o endereço eletrónico dmf.ccm.dp@cm-lisboa.pt.

Artigo 3.º - Órgão que tomou a decisão de contratar

Foi emitido a 14 de Abril de 2016 parecer prévio foi aprovada pelo Vereador com o pelouro das finanças e recursos humanos, nos termos dos n.ºs 5 e 10 do artigo 35.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2016 e Despacho n.º 36/P/2016, do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, publicada no Boletim Municipal de Lisboa n.º 1155, de 7 de Abril de 2016.

A decisão de contratar, foi aprovada pela Câmara Municipal de Lisboa através da Deliberação n.º/CM/2016, de de de 2016, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 16.º, da alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º e n.º 1 do artigo 36.º, todos do CCP e foi autorizada a assunção de compromissos plurianuais pela Assembleia Municipal de Lisboa na reunião de de de 2016, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

Artigo 4.º - Consulta e fornecimento das peças do procedimento



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
Departamento de Educação

1 - O presente Programa e o Caderno de Encargos e seus anexos podem ser consultados no Departamento de Aprovisionamentos sito no Edifício Central da Câmara Municipal de Lisboa, Campo Grande, n.º 25, 9.º A, em Lisboa, durante as horas de expediente, desde o dia da publicação do anúncio até ao termo do prazo para apresentação das propostas, nos termos do n.º 1 do artigo 133.º do CCP.

2 - O Programa de Concurso, o Caderno de Encargos e seus anexos encontram-se patentes na plataforma eletrónica «AcinGov», desde a data da publicação do anúncio até ao termo do prazo para apresentação das propostas.

3 - O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e o *download* das peças do procedimento.

4 - Para ter acesso à plataforma «AcinGov», o concorrente deve efetuar o registo no endereço eletrónico <http://www.acingov.pt> preenchendo aí o formulário de pré-adesão.

5 - As dúvidas surgidas no preenchimento do referido formulário são esclarecidas através do endereço eletrónico: apoio@acingov.pt, ou da linha de apoio telefónico 707 451 451.

6 - Os potenciais interessados no procedimento apenas adquirem essa posição, nomeadamente para efeito de comunicações e notificações relativas à fase de formação do contrato, após efetuar o registo na plataforma, nos termos do n.º 4 do presente artigo.

Artigo 5.º - Esclarecimentos sobre as peças do procedimento

1 - Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência do Júri nomeado para efeitos deste concurso.

2 - Os interessados podem apresentar pedidos de esclarecimento ao Júri do procedimento, por escrito, através da plataforma eletrónica «AcinGov», dentro do primeiro terço (1/3) do prazo fixado para a apresentação das propostas.

3 - Os esclarecimentos prestados por escrito são disponibilizados na plataforma eletrónica de contratação pública e juntos às peças do procedimento que se encontram patentes para consulta até ao termo do segundo terço (2/3) do prazo fixado para a apresentação das propostas, atento o disposto no artigo 50.º, n.º 2, do CCP.

4 - A entidade adjudicante pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do concurso e efetuar quaisquer esclarecimentos.

5 - A prestação de esclarecimentos ou a retificação das peças do procedimento para além do prazo referido no n.º 3 do presente artigo determina a prorrogação do prazo para a apresentação de propostas.

6 - Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do concurso e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 6.º - Erros e omissões do caderno de encargos

1 - Até ao termo do quinto sexto (5/6) do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados devem apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do Caderno de Encargos detetados e que digam respeito a:



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
Departamento de Educação

- a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
- b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar; ou
- c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis.

2 - A apresentação da lista referida no número anterior, por qualquer interessado, suspende o prazo fixado para a apresentação das propostas desde o termo do quinto sexto (5/6) daquele prazo até à publicitação da decisão prevista no número 4 do presente artigo ou, não havendo decisão expressa, até ao termo do mesmo prazo.

3 - A suspensão prevista no número anterior pode ser mantida pelo órgão competente para a decisão de contratar por um período único de, no máximo, mais 60 (sessenta) dias contínuos, o qual não pode ser sujeito a prorrogação.

4 - Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, ou no caso previsto no número anterior, até ao termo do período de manutenção da suspensão daquele prazo, o órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que não sejam por ele expressamente aceites.

5 - Os erros e as omissões aceites nos termos do número anterior, determina a identificação, pelo órgão competente para a decisão de contratar, dos termos do suprimento daqueles.

6 - As listas com a identificação dos erros e das omissões detetados pelos interessados, bem como as decisões previstas nos n.ºs 3 a 5 do presente artigo, são publicitadas na plataforma eletrónica «AcinGov», pela entidade adjudicante e juntas às peças procedimentais, devendo todos aqueles que tenham adquirido as peças do procedimento serem imediatamente notificados daquele facto.

Artigo 7.º - Concorrentes

1 - É concorrente a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participa em qualquer procedimento de formação de um contrato mediante a apresentação de uma proposta.

2 - Podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação e desde que todas as empresas do agrupamento possuam condições legais adequadas ao exercício da atividade.

3 - Os membros de um agrupamento concorrente não podem concorrer no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente.

4 - Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.

5 - Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, numa única entidade ou consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária.

6 - Não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que não se encontram em qualquer das situações previstas no artigo 55.º do CCP.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
Departamento de Educação

Artigo 8.º - Proposta e seus elementos

- 1 - A proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
- 2 - Na proposta os concorrentes devem indicar todos os elementos solicitados, devendo para o efeito considerar todas as condições e informações constantes do presente Programa de Procedimento, Caderno de Encargos e demais documentação anexa.
- 3 - A proposta deve ser assinada pelo concorrente ou seus representantes legais.
- 4 - No caso de agrupamento, a proposta deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.
- 5 - A proposta, assim como todos os documentos que a instruem, carregados na plataforma eletrónica «AcinGov», devem ser assinados eletronicamente, mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada que permita atestar os poderes de representação, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015 de 17 de agosto.

Artigo 9.º - Modo de apresentação das propostas

- 1 - Os documentos que constituem a proposta são apresentados através da plataforma eletrónica «AcinGov», até ao termo do prazo fixado no presente programa de procedimento.
- 2 - A proposta de preço será elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo III** - Minuta da Proposta do presente Programa de Procedimento, indicando, o concorrente, os preços unitários e total que devem ser iguais ou inferiores aos preços do procedimento estatuídos na Cláusula 1.ª do Caderno de Encargos, sob pena de exclusão da proposta, por inaceitabilidade da mesma.
- 3 - O preço da proposta será exposto em euros, por extenso e algarismos, e não incluirá o IVA. Em caso de divergência, prevalece o preço indicado por extenso.
- 4 - Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
- 5 - Não são admitidas propostas relativas a parte da prestação dos serviços, objeto do presente procedimento.
- 6 - A proposta é redigida em língua portuguesa, sendo que no caso em que os documentos que integram a proposta sejam redigidos em língua estrangeira devem os mesmos ser acompanhados da tradução devidamente legalizada, declarando o concorrente que aceita a prevalência das traduções, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.
- 7 - Quando algum documento se encontre disponível na internet, o concorrente pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aquele pode ser consultado, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documento deles constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
- 8 - Em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou autenticidade dos documentos que constituem a proposta, apresentados diretamente na plataforma eletrónica de contratação pública «AcinGov», pode a entidade adjudicante exigir ao concorrente a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
Departamento de Educação

Artigo 10.º - Documentos da proposta

1 - As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos:

- a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo I** (Modelo de Declaração) ao presente Programa de Procedimento, do qual faz parte integrante. Esta declaração deve ser assinada pelo concorrente ou por representante com poderes para o obrigar;
- b) Proposta, de acordo como o **Anexo III** (Minuta da Proposta) ao presente Programa de Procedimento;
- c) Documentos que contenham os esclarecimentos justificativos da apresentação de um preço anormalmente baixo;
- d) Quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis.

2 - No caso de agrupamento de concorrentes, devem ser apresentados os instrumentos de mandato, emitido por cada uma das entidades que o compõem, designando um representante comum para praticar todos os atos no âmbito do concurso.

3 - Nos termos do disposto no n.º 2 do Artigo 75º da Lei n.º 96/2015 de 17 de agosto, a submissão de uma proposta só deve ter lugar após o completo preenchimento do formulário principal, incluindo, nos casos em que exista, o anexo referido na alínea c) do n.º 1 do artigo 66.º, que é parte integrante da mesma.

Artigo 11.º - Apresentação de propostas variantes

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

Artigo 12.º - Prazo de apresentação da proposta

1 - A proposta e os documentos que a constituem são apresentados diretamente pelos concorrentes ou seus representantes, através da plataforma eletrónica «AcinGov», até às 19 horas do (dia).....

2 - A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.

3 - Serão excluídas todas as propostas apresentadas na plataforma eletrónica em data anterior à estabelecida como início do prazo de apresentação de propostas.

4 - A data limite fixada pode, a pedido dos interessados e em casos devidamente fundamentados, ser prorrogada por prazo adequado quando o Programa de Concurso, o Caderno de Encargos ou os esclarecimentos solicitados não possam ser fornecidos nos prazos estabelecidos para o efeito.

5 - A prorrogação de prazo prevista no número anterior beneficia todos os interessados.

6 - As propostas, uma vez recebidas, podem ser retiradas até ao termo do prazo referido no número um, desde que tal vontade seja manifestamente expressa pelo concorrente à entidade



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
Departamento de Educação

adjudicante, sendo que a retirada da proposta não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro do prazo inicialmente fixado.

7 - O prazo para apresentação das propostas é contínuo, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados.

Artigo 13.º - Prazo da obrigação de manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Artigo 14.º - Abertura de propostas

1 - O júri após as 10 horas do dia útil imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas procede à publicitação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante.

2 - Mediante a atribuição de um login e de uma password aos concorrentes incluídos na lista é facultada a consulta, diretamente na plataforma eletrónica referida no número anterior, de todas as propostas apresentadas.

3 - O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.

4 - Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida mas não se encontre a proposta do reclamante, o júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs 1 e 2 do presente artigo.

5 - A disponibilização das propostas pode ser feita apenas no momento da notificação do relatório preliminar.

Artigo 15.º - Análise e Avaliação das propostas

Após a abertura das propostas o júri procederá à análise e avaliação das propostas apresentadas e à aplicação do critério de adjudicação constante do artigo 17.º do presente Programa de Procedimentos.

Artigo 16.º - Esclarecimentos sobre as propostas

1 - O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes nos termos do disposto no artigo 72º do CCP, esclarecimentos sobre as propostas considerados necessários para efeitos de análise e avaliação das mesmas.

2 - Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.

3 - Os esclarecimentos referidos no número anterior são disponibilizados na plataforma eletrónica «AcinGov», devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
Departamento de Educação

Artigo 17.º - Critério de adjudicação

1 - A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, tendo em conta os seguintes fatores:

a) Preço veículo/dia;

Preço em Euros por veículo/dia disponível no horário contínuo base (8:00 - 19:00), incluindo nesse preço um percurso médio de 40 km/dia e por veículo;

b) Preço do km;

Preço em Euros por veículo/km de marcha no horário base, além dos 40 km/veículo/dia incluídos na alínea anterior;

2 - A classificação final (CF) de cada proposta, expressa em Euros, será obtida de acordo com a seguinte fórmula:

$$CF = (1 \times \text{Preço veículo/dia}) + (6 \times \text{Preço do km})$$

3 - Considera-se como proposta economicamente mais vantajosa aquela a que corresponder menor valor de classificação final.

4 - Em caso de igualdade, constituem fatores de desempate, sucessivamente, ter o preço mais baixo na componente “Preço veículo/dia”, ter o preço mais baixo na componente “Preço do km”, será adjudicada a proposta que for selecionada, na sequência de sorteio presencial, nos termos e data, hora e local, a definir pelo Júri, os quais serão transmitidos aos concorrentes, mediante notificação a efetuar através da plataforma eletrónica “AcinGov”.

Artigo 18.º - Preço anormalmente baixo

1 - Para efeitos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, considera-se que o preço total resultante de uma proposta é anormalmente baixo quando seja igual ou inferior a 50% dos preços unitário base, definidos na cláusula 1ª do Caderno de Encargos.

2 - A não apresentação dos documentos exigidos na alínea c) do n.º 1 do artigo 10.º, do presente Programa de Procedimentos, quando aplicável, determinará a exclusão imediata das propostas.

Artigo 19.º - Relatório preliminar

1 - Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação, o júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual deve propor a ordenação das mesmas, devendo ainda constar referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes, nos termos do disposto no artigo 72.º do CCP.

2 - No relatório preliminar a que se refere o número anterior, o júri deve também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas que:

a) Tenham sido apresentadas em data anterior ou depois do termo fixado para a sua apresentação;

b) Sejam apresentadas por concorrentes em violação do disposto no n.º 2 do artigo 54.º do CCP;

c) Sejam apresentadas por concorrentes relativamente aos quais ou, no caso de agrupamentos concorrentes, relativamente a qualquer dos seus membros, a entidade



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
Departamento de Educação

adjudicante tenha conhecimento que se verifica alguma das situações previstas no artigo 55.º do CCP;

- d) Não sejam constituídas por todos os documentos exigidos nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 57.º do CCP;
- e) Não cumpram o disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º ou nos n.ºs 1 e 2 do artigo 58.º do CCP;
- f) Sejam apresentadas como variantes;
- g) Violam o disposto no n.º 7 do artigo 59.º do CCP;
- h) Não observem as formalidades do modo de apresentação das propostas fixadas nos termos do disposto no artigo 62.º do CCP;
- i) Sejam constituídas por documentos falsos ou nas quais os concorrentes prestem culposamente falsas declarações;
- j) Não observem o disposto no presente Programa de Concurso e Caderno de Encargos, no que respeita a regras do procedimento fixadas ao abrigo do n.º 4 do artigo 132.º do CCP;
- k) Cuja análise revele alguma das situações previstas no n.º 2 do artigo 70.º do CCP;

3 - Quando o mesmo concorrente apresente mais de uma proposta, em violação do disposto no n.º 7 do artigo 59.º do CCP, o júri deve também propor a exclusão de todas as propostas por ele apresentadas.

Artigo 20.º - Audiência Prévia

Elaborado o relatório preliminar, o júri procede à audiência prévia dos concorrentes por meio da plataforma eletrónica «AcinGov», para que num prazo de 5 (cinco) dias úteis se pronunciem sobre o mesmo.

Artigo 21.º - Relatório final e adjudicação

1 - Efetuada a audiência prévia, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.

2 - No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no artigo anterior, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.

3 - O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.

4 - Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

Artigo 22.º - Notificação da decisão de adjudicação

1 - A adjudicação é o ato pelo qual o órgão competente para a decisão de contratar aceita a única proposta apresentada ou escolhe uma de entre as propostas apresentadas.

2 - A decisão de adjudicação é notificada, acompanhada do relatório final, em simultâneo, a todos os concorrentes.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
Departamento de Educação

Artigo 23.º - Documentos de habilitação

- 1 - A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes.
- 2 - Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário para que este, no prazo de 10 (dez) dias a contar daquele ato, apresente na plataforma eletrónica, “AcinGov”, os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 4 do artigo 81.º do CCP, nomeadamente:
 - a) Declaração emitida conforme modelo constante do **Anexo II** - Declaração ao presente Programa de Procedimento, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho;
 - b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b, d, e) e i) do artigo 55.º do CCP.
- 3 - As notificações referidas nos números anteriores devem ser acompanhadas do relatório final de análise das propostas.
- 4 - Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
- 5 - Além dos documentos referidos no n.º 2, o adjudicatário deverá entregar ainda os seguintes documentos:
 - a) Fotocópia dos Alvarás (atualizados) que o habilite ao exercício das atividades que se propõe executar, nos termos da Lei n.º 13/2006, de 17 de abril, do Decreto-Lei n.º 3/2001, de 10 de janeiro, e da Portaria n.º 1350/2006, de 27 de novembro, e demais legislação aplicável;
 - b) Declaração de honra em como o concorrente dispõe, nos seus quadros, de motoristas próprios devidamente habilitados para o transporte de crianças em número não inferior a metade mais um do número máximo de autocarros a mobilizar neste contrato, e de uma frota de autocarros não inferior a 14
 - c) Declaração de honra em como os motoristas e os vigilantes afetos aos serviços respeitam os requisitos previstos nos artigos 6º, 7º e 8º da Lei n.º 13/2006, de 17 de abril e demais legislação aplicável.
- 6 - O prazo a conceder pela entidade adjudicante para supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos no disposto no artigo 86.º do CCP, será de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da notificação.
- 7 - Os documentos deverão ser apresentados através da plataforma eletrónica “AcinGov” dentro do prazo fixado, sob pena de, não o sendo por facto que seja imputável ao adjudicatário, a adjudicação caducar.
- 8 - No caso de a plataforma eletrónica “AcinGov” se encontrar indisponível, e apenas nesta situação, para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 83.º do CCP, os documentos de habilitação devem ser enviados, para o seguinte endereço eletrónico dmed.de.dase@cm-lisboa.pt, com exclusão de qualquer outro.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
Departamento de Educação

9 - Quando os documentos a que se referem os números que antecedem, se encontrarem disponíveis na Internet, poderá o adjudicatário em substituição do modo de apresentação previsto no número 5, indicar o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que o referido sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

Artigo 24.º - Caução

1 - Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações legais e contratuais, o adjudicatário presta caução, nos termos do disposto nos artigos 88.º e 89º do CCP.

2 - A caução referida no número anterior deve ser prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado à ordem do Município de Lisboa, ou mediante garantia bancária ou seguro-caução, conforme os modelos constantes dos Anexos IV, V e VI.

3 - Simultaneamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário para que este, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar daquele ato, preste a caução referida no artigo anterior, e comprove essa prestação junto da entidade adjudicante no dia imediatamente subsequente.

4 - A entidade adjudicante pode considerar perdida a seu favor a caução prestada, independentemente de decisão judicial, nos casos de não cumprimento das obrigações legais, contratuais ou pré-contratuais pelo adjudicatário.

Artigo 25.º - Outorga do contrato

1 - A outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 (trinta) dias úteis contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:

- a) Decorridos 10 (dez) dias úteis contados da data da notificação da decisão de adjudicação a todos os concorrentes;
- b) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
- c) Comprovada a prestação da caução, quando esta for devida, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 90.º do CCP;
- d) Confirmados os compromissos referidos na alínea c) do n.º 2 do artigo 77 do CCP.

2 - O órgão competente para a decisão de contratar comunica ao adjudicatário, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, a data, a hora e o local em que ocorre a outorga do contrato.

Artigo 26.º - Possibilidade de adoção de ajuste direto

O Município de Lisboa pode recorrer ao ajuste direto para contratação de serviços similares, nos termos previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 27.º do CCP, desde que os mesmos estejam em conformidade com um projeto base comum, traduzindo-se este na satisfação das mesmas necessidades públicas, com recurso às mesmas soluções e havendo identidade de fundamentos e forma da prestação do serviço.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
Departamento de Educação

Artigo 27.º - Impugnações administrativas

As impugnações administrativas dos atos pré-contratuais – decisões administrativas e peças do procedimento – são apresentadas na plataforma eletrónica de contratação pública «*AcinGov*», com o seguinte endereço: <http://www.acingov.pt>.

Artigo 28.º - Prevalência

As normas do programa do concurso prevalecem sobre quaisquer indicações constantes dos anúncios ou convites com elas desconformes.

Artigo 29.º - Despesas e Encargos

São encargos dos concorrentes as seguintes despesas:

- a) Elaboração das propostas;
- b) Prestação da caução;
- c) Celebração do contrato escrito, bem como, sendo o caso, dos emolumentos que forem devidos em processo de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos da legislação em vigor.

Artigo 30.º - Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa de concurso aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Público e demais legislação complementar.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
Departamento de Educação

ANEXO I – MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57º, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho]

1 - (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ...(designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) ...

b) ...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (4) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (5)] (6);

c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (7) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (8)] (9);

d) Tem a situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (10);

e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (11);

f) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21º do Decreto-Lei nº 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;

g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho (12);



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
Departamento de Educação

h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (13);

i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes (14) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes (15)] (16):

i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;

ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;

iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;

iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;

j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (17)].



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
Departamento de Educação

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º.
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (5) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (6) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (8) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (9) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (10) Declarar consoante a situação.
- (11) Declarar consoante a situação.
- (12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (13) Declarar consoante a situação.
- (14) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (16) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (17) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
Departamento de Educação

ANEXO II – DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 — (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1), adjudicatário(a) no procedimento de , sob compromisso de honra , que a sua representada (2):

Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou de cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;

Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (3) (ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (4) (5);

Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;

Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho (7);

Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a Segurança Social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação em Portugal (ou no estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (8);

Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

2 — O declarante junta em anexo (ou indica como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (9)) os documentos comprovativos de que a sua representada (10) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b) d) e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato ou concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

.....Local,.....Data,..... assinatura (11)

- 1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas colectivas.
- 2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular suprir a expressão “a sua representada”.
- 3) Indicar se, entretanto, ocorreu, a respectiva reabilitação.
- 4) Indicar se, entretanto, ocorreu, a respectiva reabilitação.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
Departamento de Educação

- 5) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.
- 6) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- 7) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- 8) Declarar consoante a situação.
- 9) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
- 10) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular suprir a expressão “a sua representada”.
- 11) Nos termos do disposto nos n.ºs. 4 e 5 do artigo 57.º.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
Departamento de Educação

ANEXO III – MINUTA DE PROPOSTA

..... (indicar: nome, estado, profissão e morada ou firma e sede), depois de ter tomado conhecimento do objeto do Procedimento por concurso público com publicidade internacional para **“Aquisição de serviços de transporte escolar para os alunos do ensino básico e as crianças dos jardins-de-infância da rede pública da cidade de Lisboa”**, a que se refere o anúncio publicado no, datado de de de 2016, obriga-se a executar a referida prestação de serviços, de harmonia com o Programa do Procedimento e Caderno de Encargos, nas seguintes condições de preço:

- Preço de veículo/dia no horário contínuo 8:00h:19.00h, com 40 km incluídos:.....€
- Preço por km adicional (além dos 40 km) no horário contínuo 8:00h-19:00h:.....€

- Num montante total de: €

(Total = preço de veículo/dia x 164 dias + preço por km adicional x 80.000 km)

À quantia supra indicada acresce o imposto sobre o valor acrescentado (IVA), à taxa legal em vigor.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação Portuguesa em vigor, e aceita como competente para dirimir qualquer conflito relacionado com a execução de tal contrato o foro da comarca de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Data

Assinatura

Observações: Deve ser redigida em português, sem rasuras, entrelinhas ou palavras riscadas, assinada pelo proponente ou seu representante.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
Departamento de Educação

ANEXO IV – MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA

O Banco com sede em, pessoa coletiva n.º, matriculada na Conservatória de Registo Comercial de....., com o capital social de €.....(.....euros), presta a favor da Câmara Municipal de Lisboa (CML), garantia autónoma, à primeira solicitação, no valor de €..... (....euros), destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que a, assume por força da sua posição de adjudicatária e parte do contrato que com ela a Câmara Municipal de Lisboa (CML) vai outorgar e que tem por objeto o fornecimento, regulado nos termos da legislação em vigor.

O Banco obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação da Câmara Municipal de Lisboa (CML) sem que esta tenha que justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com a adjudicação ou com o contrato atrás identificados, ou com o cumprimento das obrigações que, assume com a celebração do respetivo contrato.

O Banco deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

O presente garantia bancária autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciado, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável.

Data

Assinatura

Observação: Qualquer rasura deve ser ressalvada e as assinaturas dos Diretores, etc. são reconhecidas na qualidade em exercício.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
Departamento de Educação

ANEXO V – MODELO DE SEGURO - CAUÇÃO

A Companhia de Seguros, com sede em, pessoa coletiva n.º, matriculada na Conservatória de Registo Comercial de, com o capital social de (.....euros), presta a favor da Câmara municipal de Lisboa (CML), seguro caução autónomo, à primeira solicitação, no valor de (...euros), destinado a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que a, assume por força da sua posição de adjudicatária e parte do contrato que com ela a Câmara Municipal de Lisboa (CML) vai outorgar e que tem por objeto o fornecimento, regulado nos termos da legislação em vigor.

A Companhia de Seguros obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação da Câmara Municipal de Lisboa (CML) sem que esta tenha que justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com a adjudicação ou com o contrato atrás identificados, ou com o cumprimento das obrigações que, assume com a celebração do respetivo contrato.

A Companhia de Seguros deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por esta.

O presente seguro caução autónomo não pode em qualquer circunstância ser denunciado, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável.

Data

Assinatura

Observação: Qualquer rasura deve ser ressalvada e as assinaturas dos Diretores, etc. são reconhecidas na qualidade em exercício



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
Departamento de Educação

ANEXO VI – MODELO DA GUIA DE DEPÓSITO

Euros..... €

Vai, residente (ou com escritório) em na depositar na(sede, filial, agência ou delegação) da (instituição) a quantia de (por extenso) (em dinheiro ou representada por) como depósito exigido pela sua qualidade de adjudicatário do concurso público com publicidade internacional nº para **“Aquisição de serviços de transporte escolar para os alunos do ensino básico e as crianças dos jardins-de-infância da rede pública da cidade de Lisboa”** Concurso Público N.º .../.../..., de harmonia com o disposto no Programa de Concurso e a notificação da adjudicação, ofício n.º datado dede de 20....

Este depósito fica à ordem do Município de Lisboa, a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

Data

Assinatura



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
Departamento de Educação

DACTI
Dep. N.º 201/2016
P.º

CADERNO DE ENCARGOS

Aquisição do serviço de transporte escolar para os alunos do ensino básico e as crianças dos jardins-de-infância da rede pública da cidade de Lisboa.

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL

NºCPI/ DA/CCM/2016



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
Departamento de Educação

ÍNDICE

CADERNO DE ENCARGOS	Erro! Marcador não definido.
Cláusula 1.ª - Objeto do Contrato	Erro! Marcador não definido.
Cláusula 2.ª – Contrato	Erro! Marcador não definido.
Cláusula 3.ª - Modo de prestação do serviço	Erro! Marcador não definido.
Cláusula 4.ª - Sistemas de segurança	Erro! Marcador não definido.
Cláusula 5.ª - Vigência do contrato	Erro! Marcador não definido.
Cláusula 6.ª - Preço e Condições de pagamento	Erro! Marcador não definido.
Cláusula 7.ª - Sigilo	Erro! Marcador não definido.
Cláusula 8.ª – Subcontratação e Cessão da Posição Contratual	Erro! Marcador não definido.
Cláusula 9.ª – Sanções Contratuais	Erro! Marcador não definido.
Cláusula 10.ª - Casos fortuitos ou de força maior	Erro! Marcador não definido.
Cláusula 11.ª - Resolução	Erro! Marcador não definido.
Cláusula 12.ª - Revisão de preços	Erro! Marcador não definido.
Cláusula 13.ª - Execução, Reforço e Liberação da Caução	Erro! Marcador não definido.
Cláusula 14ª - Seguros	Erro! Marcador não definido.
Cláusula 15ª - Comunicações e notificações	Erro! Marcador não definido.
Cláusula 16ª - Foro Competente	Erro! Marcador não definido.
Cláusula 17ª - Legislação aplicável	Erro! Marcador não definido.
ANEXO I – DECORAÇÃO DOS VEÍCULOS	11



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
Departamento de Educação

CADERNO DE ENCARGOS

Cláusula 1.ª - Objeto do contrato

1 – O presente Caderno de Encargos (CE) compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto a aquisição do serviço de transporte escolar para os alunos do ensino básico e as crianças dos jardins-de-infância da rede pública da cidade de Lisboa, incluindo o transporte pendular diário (duas vezes por dia, uma em ida para a escola/jardim-de-infância e outra em regresso a casa), o transporte em visitas no âmbito do Programa de Natação Curricular e do Passaporte Escolar/Pré-escolar e outras atividades e/ou projetos da Direção Municipal de Educação e Desporto, no Concelho de Lisboa ou concelhos limítrofes.

2 – O número de veículos máximo que compõem a frota a afetar ao serviço será de 26 veículos.

3 – Os percursos pendulares base diários realizar-se-ão nos períodos compreendidos entre as 8:00 e as 9:00 e entre as 17:30 e as 19:00, sendo a extensão total média desses percursos por autocarro inferior a 40 km/dia.

4 – Nos serviços pendulares é obrigatória a presença de, pelo menos, um acompanhante adulto a bordo (vigilante) para além do condutor, a assegurar pelo cocontratante. Para as deslocações no âmbito do Programa de Natação Curricular, do Passaporte Escolar/Pré-escolar e outras atividades e/ou projetos da Direção Municipal de Educação e Desporto, não será necessário acompanhante, devido à presença dos respetivos professores.

5 – O número estimado de km para a realização do transporte a visitas no âmbito do Programa de Natação Curricular, do Passaporte Escolar/Pré-escolar e outras atividades e/ou projetos da Direção Municipal de Educação e Desporto, durante o ano letivo 2016/2017, é de 80.000 km.

6 - Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 47º do CCP, os preços unitários máximos que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem objeto do presente procedimento são os seguintes:

a) Preço de utilização por veículo por dia no horário contínuo 8:00h-19:00h, com 40 km incluídos: 170,04 €;

b) Preço por km adicional (além dos 40 km) no horário contínuo 8:00h:19:00h: 0,27 €.

7 - O preço a pagar corresponderá ao serviço efetivamente prestado de acordo com os preços unitários por veículo/dia, entre as 8:00 e as 19:00 (incluindo deslocações em serviço até um valor médio de 40 km/dia e por autocarro), e o preço por veículo/km além dos 40 km/dia e por autocarro, contabilizando para essa distância quer os serviços pendulares quer os serviços de visitas aos equipamentos coletivos. O valor médio de 40 km/dia é apurado mensalmente e deve ser entendido no conjunto da frota afeta a este serviço.

8 - Os preços referidos no número anterior deverão incluir os encargos referentes aos motoristas e vigilantes, e demais encargos inerentes à prestação do serviço, designadamente combustível, seguros e manutenção da frota.

Cláusula 2.ª – Contrato

1 - O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2 - O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os termos do suprimento dos erros e das omissões do caderno de encargos, identificados pelos concorrentes, e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
- c) O caderno de encargos;



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
Departamento de Educação

- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo cocontratante.

3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 da presente cláusula e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (doravante designado por CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual.

Cláusula 3.ª - Modo de prestação do serviço

1 - O fornecimento do serviço objeto do presente procedimento tem de ser executado em perfeita conformidade com as condições estabelecidas nos documentos contratuais e demais legislação em vigor.

2 - Os veículos a utilizar na prestação do presente serviço terão obrigatoriamente as seguintes características:

- a) Classe de emissões segundo a norma Euro IV da União Europeia (Regulamento (CE) n.º 715/2007) ou melhor;
- b) Capacidade entre 28 e 50 lugares sentados destinados aos utentes;
- c) Cintos de segurança com três pontos de fixação e sistemas de retenção (vulgo cadeiras) ajustados ao transporte de crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 12 anos, devidamente homologados;
- d) Decoração com painéis amovíveis identificadores do serviço, de acordo com o Anexo I – Decoração dos Veículos do caderno de encargos, cujos custos são suportados na íntegra pelo cocontratante.

3 - Os circuitos pendulares a realizar no ano letivo 2016/2017 são definidos pela Câmara Municipal de Lisboa, sendo comunicados ao adjudicatário quando da assinatura do contrato.

4 - Em caso de renovação do contrato, o número de autocarros a utilizar durante esses anos, bem como os respetivos circuitos pendulares, serão comunicados ao cocontratante 20 (vinte) dias antes do início do ano letivo.

5 - Face a eventuais modificações do conjunto de alunos a servir ou da rede viária da cidade, poderá haver lugar a modificações desses circuitos, que serão comunicadas ao cocontratante com a antecedência mínima de 3 (três) dias sobre a respetiva entrada em vigor.

6 - Os serviços de visita a equipamentos coletivos serão definidos semana a semana, sendo comunicados ao cocontratante com a antecedência mínima de 3 (três) dias.

7 - Iniciada a execução do serviço, e uma vez conhecidos os pontos de recolha das crianças, o cocontratante poderá propor ao contraente público a modificação dos circuitos indicados por esta relativamente à localização detalhada das paragens e ordem de paragens nos percursos, tendo em vista uma maior eficiência na circulação dos autocarros, desde que sejam respeitadas as restrições indicadas nos números anteriores e estas alterações sejam validadas pelo contraente público.

8 - Uma vez estabilizada a definição dos percursos, com ou sem recurso ao mecanismo previsto no número anterior, poderá o cocontratante solicitar ao contraente público a correção das respetivas extensões, procedendo-se nesse caso a uma validação com representantes de ambas as Partes, e ficando o valor acordado como válido ao longo de todo o contrato, exceto quando haja alteração das regras ou condições de circulação nos percursos em causa.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
Departamento de Educação

- 9 - A chegada dos veículos à escola para entrega das crianças será entre as 8:15 e as 8:55 horas da manhã.
- 10 - Será facultado atempadamente ao cocontratante o horário completo de recolha e entrega das crianças nos diferentes equipamentos.
- 11 - A especificação definitiva do número de crianças que irão utilizar o transporte pendular será feita no início do ano escolar, após estar disponível a lista das crianças que pretendem usar este transporte.
- 12 - O vigilante, para além do acompanhamento das crianças dentro do autocarro, deverá ainda:
- a) Deter, no mínimo, o 9º ano de escolaridade;
 - b) Possuir as competências profissionais e pessoais necessárias ao desempenho da função de acompanhamento das crianças e interação com os encarregados de educação;
 - c) Registar diariamente, no transporte pendular da manhã e da tarde, a presença ou falta de cada uma das crianças, em folha a ser fornecida com dias e nomes das crianças por percurso;
 - d) Antes da partida de cada autocarro, reunir todas as crianças em local a definir e dentro do recinto escolar, utilizando a lista referida na alínea anterior;
 - e) Entregar, na paragem/ponto de recolha, a(s) criança(s) ao encarregado de educação ou a alguém autorizado por aquele.
- 13 - Nos trajetos da parte da tarde, e nos casos em que as crianças não possam ser entregues nos pontos de recolha, designadamente, em virtude de não se encontrar presente o respetivo encarregado de educação ou outro representante, as mesmas deverão ser transportadas de regresso às respetivas escolas, acompanhadas dos vigilantes e entregues ao responsável, indicado pela escola, para o efeito.
- 14 - Caso não seja possível proceder à entrega da(s) criança(s) ao responsável na escola, deverá ser contactado de imediato um responsável do Departamento de Educação, cujo contacto será fornecido no início da execução do contrato.

Cláusula 4.ª - Sistemas de segurança

- 1 - Os sistemas de segurança a utilizar nos veículos deverão ser os adequados ao transporte de crianças com idade igual ou superior a 3 anos e inferior a 12 anos e menos de 150 cm de altura, sendo obrigatória a utilização de cintos de segurança com três pontos de fixação e sistemas de retenção (cadeiras).
- 2 - A colocação dos sistemas de retenção referidos no número anterior é da inteira responsabilidade do cocontratante, devendo aqueles estar colocados nos bancos antes das crianças embarcarem nos autocarros.
- 3 - Os sistemas de retenção serão em número idêntico ao das crianças a transportar.

Cláusula 5.ª - Vigência do contrato

- 1 - A prestação do serviço objeto do presente procedimento deverá decorrer no ano letivo de 2016/2017, de acordo com o calendário escolar definido pelo Ministério da Educação (entre 01 de setembro e 31 de julho), ou a duração que medeie entre a data da assinatura do contrato (se posterior a 01 de setembro) e o dia 31 de julho do mesmo ano letivo.
- 2 - A prestação do serviço de transporte poderá ser renovada, total ou parcialmente, por um ou mais períodos, no limite máximo de um ano letivo, até ao limite de 2 anos letivos (anos letivos 2017/2018 e 2018/2019).
- 3 - A renovação depende de notificação da entidade pública contratante ao cocontratante com a antecedência mínima de 30 dias relativamente ao termo do contrato.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
Departamento de Educação

4 - Na ausência da notificação referida no número anterior, o contrato cessará os seus efeitos, atingindo-se, deste modo, o fim do seu prazo de vigência.

5 - Durante a vigência do contrato pode a entidade pública contratante reduzi-lo ou alterá-lo, sem direito a qualquer indemnização ou compensação, em função das suas necessidades, nomeadamente quanto ao número de autocarros a utilizar e aos percursos a realizar, desde que, para tanto, notifique o cocontratante com a antecedência mínima de 20 (vinte) dias.

6 - O contraente público pode denunciar o contrato a qualquer momento por razões de interesse público, sem direito a qualquer indemnização ou compensação, desde que, para tanto, notifique o cocontratante com a antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

7 - Não será dado início à prestação dos serviços de transporte escolar antes de obtido do visto prévio do Tribunal de Contas nos termos do n.º 4 do artigo 45º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na redação em vigor.

Cláusula 6.ª - Condições de pagamento

1 - O cocontratante terá de apresentar ao contraente público o auto de medição mensal até 5 (cinco) dias úteis após a conclusão do mês, a elaborar conforme modelo a fornecer pelo contraente público até 5 (cinco) dias úteis antes do início de cada período contratual. O contraente público terá 5 (cinco) dias úteis para validar o auto de medição ou introduzir correções.

2 - Caso o cocontratante discorde das correções introduzidas pelo contraente público, deverá comunicá-lo através de correio eletrónico para os endereços dmed.de@cm-lisboa.pt e dmed.de.dase@cm-lisboa.pt no prazo de 3 (três) dias úteis após a receção do auto de medição corrigido, findo o qual considerar-se-á automaticamente validado.

3 - Sendo comunicada a discordância nos termos do número anterior, será agendada uma reunião de negociação a ter lugar até 3 (três) dias úteis após a comunicação de desacordo. No final da reunião o auto de medição será validado por ambas as Partes.

4 - O pagamento será efetuado em prestações mensais. Por cada prestação deverá ser emitida uma única fatura, correspondente aos serviços efetivamente prestados.

5 - O valor do pagamento de cada prestação mensal será apurado de acordo com o previsto no n.º 7 da Cláusula 1.ª e após validação dos respetivos autos de medição pelo contraente público, nos termos do disposto nos n.ºs 1 a 3 da presente Cláusula.

6 - Sem prejuízo do disposto no n.º 5, os serviços prestados em 2016 serão objeto de 2 (duas) faturas: a primeira a emitir durante o mês de novembro de 2016 (relativa a setembro e outubro) e, a segunda, a emitir em janeiro de 2017 (relativa a novembro e dezembro).

7 - O prazo de pagamento é de 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da fatura, acompanhadas dos respetivos autos de medição devidamente validados e com aceitação e parecer favorável do contraente público.

8 - As faturas são emitidas em nome da Câmara Municipal de Lisboa, Direção Municipal de Finanças, Departamento de Contabilidade, sito no Edifício Central do Município, Campo Grande nº 25 - 8º Piso, Bloco A, 1749 - 099 Lisboa, delas constando obrigatoriamente o Número Único do Processo (NUP) e Número de Compromisso, sob pena de devolução das mesmas.

9 - Nenhum pagamento pode ser efetuado antes do contrato ser visado pelo Tribunal de Contas.

Cláusula 7.ª - Sigilo



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
Departamento de Educação

- 1 - O cocontratante garante o sigilo quanto a informações que o seu pessoal venha a ter conhecimento relacionadas com a atividade do contraente público.
- 2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3 - Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo cocontratante ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes e ainda todos os assuntos ou conteúdo de documentos que, por força de disposição legal, tenham de ser publicitados e/ou sejam do conhecimento público.
- 4 - O cocontratante não pode utilizar para outras finalidades, a informação produzida no âmbito da execução das prestações a que se obriga por via do presente caderno de encargos, sem autorização expressa e prévia do contraente público.
- 5 - O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 10 (dez) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 8.ª - Subcontratação e Cessão da posição contratual

- 1 - A cessão da posição contratual e a subcontratação no decurso da execução do contrato carecem de autorização do Município de Lisboa.
- 2 - Para efeitos de autorização prevista no número anterior, o cocontratante apresenta uma proposta fundamentada e instruída com todos os documentos comprovativos da verificação dos requisitos que seriam exigíveis para a autorização da cessão e da subcontratação no próprio contrato, nos termos do disposto no n.º 2, na alínea a) e na 1ª parte da alínea b) do n.º 3 e no n.º 4 do artigo 318.º do CCP, respetivamente.
- 3 - Nos casos de subcontratação, o cocontratante permanece integralmente responsável perante o contraente público pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais, não implicando a transferência de responsabilidade para qualquer dos subcontratados.
- 4 - A cessão da posição contratual pelo contraente público, só pode ser recusada, pelo cocontratante, nos casos e nos termos estabelecidos no artigo 324.º do CCP.

Cláusula 9.ª – Sanções contratuais

- 1 - O incumprimento das obrigações contratuais pela Cocontratante, por facto que lhe seja imputável, pode dar lugar à aplicação de sanções pecuniárias, a deduzir nas faturas e respetivos pagamentos subsequentes, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, com os limites previstos no artigo 329.º do CCP.
- 2 - Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Lisboa tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa da Cocontratante e as consequências do incumprimento.
- 3 – Para efeitos dos números anteriores, constituem situações de incumprimento designadamente:
 - a) A não prestação do serviço por falta de veículo;
 - b) A não prestação do serviço em um ou mais dos pontos de recolha indicados;
 - c) O incumprimento das regras de segurança;



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
Departamento de Educação

- d) A falta ou atraso do(s) vigilante(s);
- e) O incumprimento do horário de chegada à escola estabelecido no n.º 9 da Cláusula 3ª;
- f) A entrega da criança a pessoa diferente da indicada pelo encarregado de educação e/ou pela escola.

4 – Verificada a situação prevista na alínea a) do número anterior, o contraente público, para além de não proceder ao pagamento correspondente ao dia em causa, poderá ainda aplicar uma sanção pecuniária no valor de 50 % do preço unitário do veículo/dia, por cada veículo em falta.

5 – Verificada a situação previstas na alínea b) do número 3, o contraente público poderá aplicar uma sanção pecuniária no valor de 50% do preço unitário do veículo/dia, por cada falta de recolha.

6 - Verificada a situação prevista na alínea c) do n.º 3, o contraente público poderá aplicar uma sanção pecuniária no valor de 200 % do preço unitário do veículo/dia por cada infração.

7 – Verificada alguma das situações previstas nas alíneas d) e e) do n.º 3, o contraente público poderá aplicar, por cada infração, uma sanção pecuniária no valor de 50 % do preço unitário do veículo/dia.

8 - Verificada a situação prevista na alínea f) do n.º 3, o contraente público poderá aplicar uma sanção pecuniária no valor de 200 % do preço unitário do veículo/dia.

9 – Por violação de obrigações contratuais não especificadas na presente cláusula, o contraente público poderá aplicar uma sanção pecuniária no valor máximo de 50% do preço unitário do veículo/dia.

10 – As sanções previstas na presente cláusula serão aplicadas cumulativamente.

Cláusula 10ª - Casos fortuitos ou de força maior

1 - Não podem ser impostas sanções ao cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 - Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagem, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins ou determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 - Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais, de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
Departamento de Educação

- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 - A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior comunica e justifica tais situações à outra Parte, bem como informa o prazo previsível para restabelecer a situação.

5 - A força maior ou a ocorrência de casos fortuitos determinam a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento daquelas resultantes.

Cláusula 11.ª - Resolução

1 – O direito de resolução do contrato por qualquer uma das Partes poderá ser exercido nos termos previstos nos artigos 332º a 335º do CCP.

2 – Para efeitos do número anterior, entende-se por incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao cocontratante, designadamente:

- a) A não prestação do serviço por falta de veículos por mais de 3 (três) dias seguidos ou 5 (cinco) dias interpolados;
- b) O atraso na chegada à escola por mais de 10 (dez) dias seguidos ou 20 (vinte) dias interpolados;
- c) A não prestação do serviço em um ou mais pontos de recolha por mais de 10 (dez) dias seguidos ou 20 (vinte) dias interpolados;
- d) A verificação de 6 (seis) ou mais infrações por falta de vigilante;
- e) A verificação de 6 (seis) ou mais infrações às regras de segurança.

3 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o contratante pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 180 (cento e oitenta) dias ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.

4 - O direito de resolução deverá exercer-se mediante comunicação escrita enviada por correio com aviso de receção, com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias contínuos relativamente à respetiva produção de efeitos.

5 – O exercício do direito de resolução não prejudica a aplicação cumulativa das sanções pecuniárias a que haja lugar.

Cláusula 12.ª - Revisão de preços

Havendo renovação do contrato, a atualização dos preços unitários resultará da aplicação da seguinte fórmula a cada um deles:

$$PUA = PUC \times CA$$

Sendo que,

PUA = preço unitário atualizado que vigorará durante a renovação.

PUC = preço unitário contratado.

CA = Coeficiente correspondente à variação média do índice de preços no consumidor (continente) dos últimos 12 meses reportada ao mês de março.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
Departamento de Educação

Cláusula 13.ª - Execução, Reforço e Liberação da caução

1 - A caução prestada pelo cocontratante para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos previstos no programa de concurso, pode ser executada pelo contraente público, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pela cocontratante das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento das sanções previstas no presente caderno de encargos, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.

2 - O disposto no número anterior não é prejudicado pela eventual resolução do contrato pelo contraente público.

3 - A execução parcial ou total da caução referida nos números anteriores constitui a cocontratante na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de 15 (quinze) dias após ter sido notificada para esse efeito.

4 - A caução a que se referem os números anteriores é liberada, nos termos do artigo 295.º do CCP.

Cláusula 14.ª – Seguros

É da responsabilidade do cocontratante a cobertura, através de contratos de seguro em vigor, de todos os riscos inerentes à atividade e regulados pela respetiva legislação, nomeadamente responsabilidade civil, seguro multirriscos e/ou de incêndio, bem como de acidentes de trabalho do respetivo pessoal.

Cláusula 15.ª - Comunicações e notificações

As notificações, informações e comunicações a enviar por qualquer das Partes são efetuadas, por escrito, com suficiente clareza, para que o destinatário fique ciente da respetiva natureza e conteúdo, as quais são dirigidas para os seguintes endereços eletrónicos:

- a) Contraente público: DE/DASE – dmed.de.dase@cm-lisboa.pt.
- b) Cocontratante: a indicar no contrato.

Cláusula 16ª - Foro Competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 17ª - Legislação aplicável

Em tudo o omissso no presente caderno de encargos aplicar-se-á o disposto no CCP e demais legislação aplicável.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
Departamento de Educação

ANEXO I – DECORAÇÃO DOS VEÍCULOS

Decoração dos veículos com painéis amovíveis



Despesas inerentes à caracterização dos veículos são por conta do cocontratante, sendo que o contraente público fornecerá as imagens em formato digital.

Dimensões:

2 Painéis laterais com 240 cm x 75 cm cada

1 Paineil traseiro com 160 cm x 50 cm

57226
2016/2016



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
GABINETE DO VEREADOR JOÃO PAULO SARAIVA

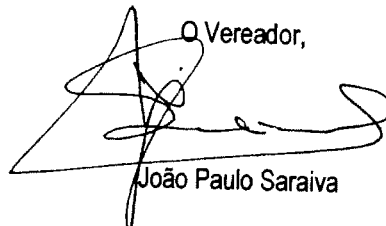
DESPACHO
[Emissão de parecer prévio vinculativo]

Considerando que:

1. Na informação n.º INF/33/DMED/DE/16, de 08/04/2016, que se dá por integralmente reproduzida, é solicitada emissão de parecer prévio vinculativo no âmbito do concurso público para aquisição do serviço de transporte escolar para os alunos do ensino básico e as crianças dos jardins-de-infância da rede pública da cidade de Lisboa, nos termos e para efeitos das disposições conjugadas previstas nos n.ºs 5 e 10 do artigo 35º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de Março;
2. Foi-me delegada a competência para emissão de parecer prévio vinculativo, por Despacho n.º 36/P/2016, do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, publicada no Boletim Municipal de Lisboa n.º 1155, de 7 de Abril de 2016;

Faça ao exposto, emito parecer prévio vinculativo favorável, em relação à celebração de contrato para “aquisição do serviço de transporte escolar para os alunos do ensino básico e as crianças dos jardins-de-infância da rede pública da cidade de Lisboa”, nos termos e para os efeitos das disposições conjugadas previstas nos n.ºs 5 e 10 do artigo 35º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de Março.

Lisboa, 14 de Abril de 2016

O Vereador,

João Paulo Saraiva



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CML - Sede Social: Paços do Concelho - Praça do Município - 1149-014 Lisboa
Contribuinte Nº 500 051 070

ORÇAMENTO 2016

Data Lanç.: 15.03.2016

Data Doc.: 15.03.2016

Doc. Origem: PROPOSTA

Descrição: AQ.SERVIÇOS TRANSPORTE ESCOLAR ALUNOS ENS.BAS JI

Orgânica: L21.01 Dep.de Educação

Nº Cabimento: 5316002351

NUP: 616001354

Funcional: _____

Económica		Código do Plano	Orçamento Inicial	Refor./Anula.	Orçam. Corrigido	Despesas Pagas	Encar. Assumidos	Saldo Disponível	Desp. Emergente	Saldo Residual
02.02.10		C2.P004.01	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	388.670,28	409.134,86	202.194,86	154.429,18	47.765,68
		Totais	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	388.670,28	409.134,86	202.194,86	154.429,18	47.765,68

Total do Valor Cabimentado 154.429,18

Procedimento Adequado em Função do Valor _____

Procedimento Seguido _____ Doc. Justificativo _____

Competência P/ Autorização _____

Contrato Escrito

Exigido []

Não Exigido []

Visto Tribunal de Contas

Exigido []

Não Exigido []

Comunicação Adicional T. C.

Exigido []

Não Exigido []

Data: 15.03.2016 Hora: 10:57:30

Pág: 1 / 1

Util: ASOUSA

Visto

____ / ____ / ____

PROCESSADO POR COMPUTADOR

2016



Câmara Municipal de Lisboa
Direção Municipal de Finanças
Departamento de Contabilidade

2016
2016

Declaração de Fundos Disponíveis válida até 30.04.2016

Nº 517 /2016

O correspondente compromisso orçamental deve ser efectuado pelo serviço promotor até à data de validade.

Documento de suporte ao pedido:

INF/82/DMED/DE/DASE/16	5316002621	1.497,63 €
INF/82/DMED/DE/DASE/16	5316002624	1.543,58 €
INF/84/DMED/DE/DASE/16	5316002690	2.115,88 €
INF/82/DMED/DE/DASE/16	5316002619	3.880,75 €
INF/82/DMED/DE/DASE/16	5316002620	3.919,97 €
INF/82/DMED/DE/DASE/16	5316002625	6.705,55 €
INF/82/DMED/DE/DASE/16	5316002623	6.705,80 €
Prop s/ numero	5316002351	154.429,18 €
Inf/7/DMED/DE/16	5316001960	1.550.000,00 €
		1.730.798,34 €

Para cumprimento da Lei nº 8/2012 de 21 de Fevereiro, conjugada com o Decreto-Lei 127/2012, de 21 de Junho, declara-se o seguinte:

Valor a comprometer na L21.01

1.730.798,34 €

Confirmo assim com base nestes pressupostos, a existência de fundos disponíveis nesta data.

Lisboa, 8 de Abril de 2016

O Director de Departamento de Contabilidade


Carlos Gabriel



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

ATA EM MINUTA

Nos termos e para os efeitos do artigo 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, bem como o disposto no artigo 19º nº 2 do Regimento da CML, foram aprovadas na Reunião Extraordinária de Câmara de 20 de Abril de 2016, as propostas a seguir discriminadas, constituindo o presente documento, bem como os originais dos referidos documentos, a ata em minuta.

Proposta n.º 192/2016 (Subscrita pelo Sr. Vereador João Paulo Saraiva)

Aprovar e submeter à apreciação da Assembleia Municipal, o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras do Município de Lisboa de 2015, e a aprovação da aplicação do resultado líquido do exercício, nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	9 (7PS e 2Ind.)	5 (2 PPD/PSD, 1CDS/PP e 2PCP)	----

Proposta n.º 193/2016 (Subscrita pelo Sr. Vereador João Paulo Saraiva)

Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a 1.ª Revisão ao Orçamento de 2016 e às Grandes Opções 2016-2019, nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	8 (6PS e 2Ind.)	4 (3PPD/PSD e 1CDS/PP)	2 (PCP)

Proposta n.º 194/2016 (Subscrita pelos Srs. Vereadores Manuel Salgado e João Paulo Saraiva)

Apreciar o Relatório do Conselho de Administração, as Contas relativas ao exercício de 2015 da Lisboa Ocidental SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana, a Proposta de Aplicação dos Resultados e o Parecer do Fiscal Único, bem como mandar o representante do Município de Lisboa na assembleia geral para a respetiva aprovação, nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	10 (8PS e 2Ind.)	2 (PCP)	3 (PPD/PSD)



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Proposta n.º 201/2016

(Subscrita pela Sr.ª Vereadora Catarina Albergaria)

Aprovar submeter à autorização da Assembleia Municipal a repartição de encargos plurianuais e aprovar a abertura do concurso público com publicidade internacional, para a aquisição do serviço de transporte escolar para os alunos do ensino básico e as crianças dos jardins-de-infância da rede pública da Cidade de Lisboa, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 202/2016

(Subscrita pela Sr.ª Vereadora Catarina Albergaria)

Aprovar a transferência de verba para Agrupamentos de Escolas, referente a Manuais Escolares (acertos relativos ao ano letivo 2015/2016), nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 203/2016

(Subscrita pela Sr.ª Vereadora Catarina Albergaria)

Aprovar a transferência de verba para o Agrupamento de Escolas do Restelo, no âmbito do apoio à gestão escolar do Jardim de Infância de Belém (ano letivo 2015/2016), nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 204/2016

(Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Salgado)

Aprovar a repartição de encargos da Empreitada n.º 46/DMPO/DHMEM/2015 - "REABILITAÇÃO URBANA DA ZONA DE ALVENARIAS DO BAIRRO DA BOAVISTA - FASE 1", com a consequente assunção de compromisso plurianual, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Proposta n.º 205/2016 (Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Salgado)

Aprovar submeter à Assembleia Municipal a modificação ao PPI 2016-2019 e a repartição de encargos e assunção do compromisso plurianual referente à Empreitada n.º 2504/14/DMHDS/DPH - "REESTRUTURAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DO ARQUIVO MUNICIPAL E REMODELAÇÃO DOS PISOS NÃO RESIDENCIAIS, TERRAÇOS, ENVOLVENTES EXTERIOR E ESPAÇO PÚBLICO DAS TORRES DO ALTO DA EIRA ACÇÃO IHRU - "REABILITAR PARA ARRENDAR", nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Nos termos do n.º 3 do (Art. 51.º da supra citada Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro eu,  Directora do Departamento de Apoio aos Órgãos e Serviços do Município mandei lavrar.

Lisboa, aos 20 de Abril de 2016

O Presidente


- Fernando Medina -

PROPOSTA 201/2016 – APROVAR SUBMETER À AUTORIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL A REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PLURIANUAIS E APROVAR A ABERTURA DO CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL, PARA A AQUISIÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA OS ALUNOS DO ENSINO BÁSICO E AS CRIANÇAS DOS JARDINS-DE-INFÂNCIA DA REDE PÚBLICA DA CIDADE DE LISBOA, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

O Sr. Presidente: - Ponto 10, Propostas 201/2016. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

O Sr. Presidente pôs à votação a Proposta 201/2016 a qual foi aprovada por unanimidade.